



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A REPRESENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA TV PÚBLICA
BRASILEIRA**

LUÍSA MARTINS BARROSO MONTENEGRO

Artigo apresentado ao Curso de Comunicação Organizacional da
Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Brasília

2014

LUÍSA MARTINS BARROSO MONTENEGRO

A REPRESENTAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NA TV PÚBLICA
BRASILEIRA

Artigo apresentado ao Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Elen Cristina Geraldes (FAC/UnB)

Prof. Dr^ª. Janara Kaline de Sousa (FAC/UnB)

Prof. Dr^ª. Ellis Regina Araújo (FAC/UnB)

Prof. Dr. Asdrúbal Borges (FAC/UnB)

A Representação das Populações Indígenas na TV Pública Brasileira

Luísa Montenegro¹
Elen Cristina Geraldes²

Resumo

O artigo é uma investigação da representação das populações indígenas na grade de programação de três emissoras públicas brasileiras – a TV Brasil, a TV Cultura de São Paulo e a TV Cultura do Amazonas –, a partir dos indicadores de qualidade da radiodifusão pública apontados pela UNESCO (BUCCI *et al*, 2012). A análise quali-quantitativa foi realizada a partir da visualização dos conteúdos encontrados por meio de busca das palavras-chave “índio”, “indígena”, “cultura indígena” e “populações indígenas” nas respectivas páginas das emissoras, considerando-se o período de 2008 a 2013. Observamos que os conteúdos relacionados às populações indígenas produzidos pelas TVs Cultura de São Paulo e Cultura do Amazonas possuem maior qualidade. Também verificamos quatro tendências que perpassam a programação plural de qualidade: a regionalização, a especialização, a promoção de debates que encorajem a multiplicidade de vozes e a produção de conteúdos por pessoas de etnias às quais aquele conteúdo se destina. No campo dos desafios, identificamos quatro: aumentar e melhorar o acesso à transparência nas páginas da TV Cultura de São Paulo e da TV Cultura do Amazonas; produzir mais conteúdo que tenha como público-alvo as populações indígenas; criar espaços para representatividade de pessoas indígenas no corpo de colaboradores das emissoras; realizar políticas públicas de comunicação que garantam a continuidade da programação.

Abstract

This article's aim is to investigate the representation of native populations in the broadcasting scheduling of three Brazilian public televisions – *TV Brasil*, *TV Cultura de São Paulo* and *TV Cultura do Amazonas* –, in the light of UNESCO's public broadcasting quality indicators (BUCCI *et al*, 2012). The quantitative and qualitative analysis was performed through the watching of the contents found by searching the keywords “índio”, “indígena”, “cultura indígena” and “populações indígenas” – “indian”, “indigenous”, “indigenous culture” and “indigenous populations” – in the station's respective websites, considering the period between 2008 and 2013. We've noticed that the contents regarding native populations produced by *TV Cultura de São Paulo* and *TV Cultura do Amazonas* have the highest quality. We've also noticed four trends in quality and plural TV programming: regionalization, specialization, promotion of debates that encourage multiple voices and production of contents by people from the ethnicities to which that content is intended. In the challenge's field, we've identified four: to increase and improve transparency access in *TV Cultura de São Paulo* and *TV Cultura do Amazonas* websites; to produce more content that target's native populations' audiences; to create spaces for representation of native populations in the television's body of collaborators; and to formulate Communication public policies that ensure continuity in programming.

Palavras-chave: Radiodifusão pública, Indicadores de qualidade da UNESCO, populações indígenas, representação social.

¹ Estudante de graduação de Comunicação Organizacional da Universidade de Brasília – UnB

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professora-adjunta da Faculdade de Comunicação da UnB

1. Introdução

Esse artigo se propôs a investigar a representação das populações indígenas nas TVs públicas brasileiras, a partir do estudo comparado entre três emissoras públicas – TV Brasil, TV Cultura de São Paulo e TV Cultura do Amazonas –, de acordo com os indicadores de qualidade apontados pela UNESCO no documento “Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea” (BUCCI *et al*, 2012). O recorte foi a grade de programação dessas emissoras, analisadas entre 2008 e 2013, com relação à frequência e ao conteúdo.

De acordo com dados do censo populacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em 2010, 896 mil pessoas se declararam indígenas no Brasil. Dessas, 315.180 viviam em áreas urbanas e 502.783, em áreas rurais (IBGE, 2010). A pesquisa também revelou que, entre 2000 e 2010, o número de pessoas que se declararam de origem indígena cresceu 1,1% ao ano. No entanto, o total desta mesma população nas áreas urbanas diminuiu em 68 mil indivíduos – a maioria, nas regiões Sudeste e Centro Oeste (IBGE, 2010).

Tais dados revelam duas situações díspares. Por um lado, o crescimento total da população que se autodeclara indígena é consequência, segundo o antropólogo e membro da tribo Baniwa Luciano (2006), de um fenômeno chamado “etnogênese” ou “reetinização”, um crescente interesse “pela recuperação do valor e do significado da identidade indígena” (LUCIANO, 2006: p. 39), ocorrido a partir do início da década de 2000, com a consolidação de espaços de representação do movimento indígena (2006). Segundo o autor,

Os povos indígenas brasileiros de hoje são sobreviventes e resistentes da história de colonização europeia, estão em franca recuperação do orgulho e da autoestima identitária e, como desafio, buscam consolidar um espaço digno na história e na vida multicultural do país. (LUCIANO, 2006: p.29)

De maneira diversa – e considerando que a pesquisa do IBGE incluiu, em 2010, os quesitos etnia, língua falada no domicílio e localização geográfica –, o decréscimo pode indicar que as populações indígenas presentes em áreas urbanas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste – com exceção de Mato Grosso – estejam perdendo senso de pertencimento étnico (IBGE, 2010).

Assim, se por um lado a população indígena deseja fortalecer e preservar suas culturas, por outro uma parcela de pessoas isoladas de suas raízes étnicas está perdendo senso de pertencimento. Fazem-se necessários, portanto, mecanismos de valorização das culturas indígenas e de suas tradições, idiomas e religiões. Elementos que consigam alcançar tanto a população indígena em áreas urbanas, servindo como ponto de identificação e fortalecimento de cultura, quanto pessoas indígenas em áreas rurais, para que os diferentes povos possam se reconhecer nas diferenças e similaridades de outros grupos.

A mídia pode ser um instrumento para alcançar tais finalidades, além de funcionar como uma ponte entre indígenas e não-indígenas. De acordo com Couto e Pavan (2010), “um dos meios mais poderosos de luta e resistência dos povos rurais latino-americanos tem sido os meios de comunicação, principalmente a TV” (COUTO e PAVAN, 2010: p.5).

Porém, o espaço para a população indígena nos meios de comunicação comercial é marcado pela invisibilidade e estereotipização (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013). Araújo afirma que, na televisão comercial, existe uma super-representação de brancos e loiros e sub-representação de afrodescendentes e índio-descendentes (2010). Para o autor,

É preciso que se faça, no Brasil, uma reflexão séria sobre essa disparidade entre a vida real e o que aparece na TV, e suas profundas consequências no processo de autoestima dos segmentos afro e índio-descendentes da população. (ARAÚJO, 2010: p 7)

De acordo com Couto e Pavan,

Uma das principais características da América Latina é sua diversidade cultural. A língua comum imposta pelo colonizador europeu mascara uma unidade homogênea, amparada pelo idioma espanhol. (...) Dentro desta imensa região, os incontáveis povos que aqui habitavam – muitos já extintos – e os que ainda hoje aqui vivem – guardam culturas específicas, assim como lutam por meios de sobreviver não só fisicamente, mas também à onda globalizante que a tudo quer pasteurizar. (COUTO e PAVAN, 2010: p. 4)

Não bastasse a baixa incidência de pessoas indígenas nos meios de comunicação comercial, o pouco espaço oferecido a essas pessoas é preenchido por representações fetichistas e estereotipadas (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013). As populações indígenas são massificadas em um só povo e tratadas com um imagético exótico (*Ibidem*).

Segundo Bolaño e Brittos (2008),

[...] a própria homogeneidade da programação, que impera mesmo nas redes comerciais mais conhecidas, dadas as limitações do espectro – que se reproduzirão, aliás, em grande medida, na televisão digital, dada a solução a que se chegou, no Brasil, de deixar a decisão a respeito de sua utilização basicamente nas mãos dos atuais radiodifusores – representa uma censura estrutural a qualquer conteúdo divergente daqueles definidos pelos setores hegemônicos da comunicação social, que ainda detém o monopólio da fala no país. (BOLAÑOS e BRITTOS, 2008: p. 13)

2. Pluralidade e diversidade

A TV pública pode ser um meio adequado para a promoção da visibilidade das populações indígenas e preservação de suas culturas. Proporcionar espaços para a pluralidade e para a formação crítica de cidadãos, aliás, é parte da razão de ser das televisões públicas (BUCCI *et al*, 2012). No artigo “É possível fazer televisão pública no Brasil?”, Eugênio Bucci enumera cinco bandeiras estéticas que a televisão pública deve observar. Dentre elas, estão “buscar o conteúdo que não cabe na TV comercial” e “emancipar em lugar de vender” (2010) – ambas alinhadas à necessidade de espaços na mídia pública que abordem e integrem as populações indígenas de forma diversificada. Beth Carmona, no artigo “A Marca da TV Pública” (2006), apresentado no I Fórum de TVs Públicas, defende:

Hoje, não basta diferenciar a TV pública pela difusão de conteúdo nacional, pois outros já se apoderaram dessas marcas. Hoje, a Rede Pública que faz sentido se dará pela possibilidade de diversificar as opiniões, de abrir os conteúdos, de tratar de todos os temas e abordar todas as localidades. Essa será sua marca e sua qualidade. (CARMONA, 2006: p. 25)

O dispositivo de criação da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC –, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, reflete estas preocupações. Em seu artigo 2º, define os princípios que devem reger a prestação dos serviços de radiodifusão pública. Dentre estes princípios, estão os expostos nos incisos II, IV, VI e IX, que pregam, respectivamente, “promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo”, “promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente”, “não discriminação religiosa, política partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual” e “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (BRASIL, 2008) – todos valores alinhados à necessidade da representação de populações indígenas nos diversos processos da TV pública brasileira.

Em seu artigo 3º, a Lei nº 11.652 (*Ibidem*) define os objetivos dos serviços de radiodifusão pública. Dentre estes, destacamos:

- I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;
- IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;
- V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes. (BRASIL, Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, 2008)

O artigo 223 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) exige a complementariedade dos sistemas público, privado e estatal. Portanto, se a TV dita comercial não apresenta uma representação plural de populações indígenas, ao menos a pública deve fazê-lo. Na América Latina, assim como em outras partes do mundo, televisões públicas já são utilizadas como meio de promoção da cidadania de populações indígenas. Na Bolívia existe um programa semanal de TV em língua quíchua, voltado para as comunidades indígenas, e no México existe a TV Oaxaca, com programação produzida pelas comunidades indígenas do Sul (COUTO E PAVAN, 2010). No Canadá, em 1981 surgiu a *Inuit Broadcasting Corporation*, culminando com a estreia da *Aboriginal Peoples Television Network* – APTN, em 1999 (ROTH, 2005). Na Nova Zelândia, a TV Maori, produzida e protagonizada pelos Maori, funciona desde 2004 (TV MAORI, 2014). Na Argentina, a Lei de Meios Audiovisuais, sancionada em 2009, realizou concessões de radiodifusão para várias nações originárias, e em 2013 a primeira emissora argentina comandada por pessoas indígenas, a *Wall Kintun*, entrou no ar (PERES, 2013). Na Austrália, a *Walpiri Media Association* – WMA foi criada em 1983 e tem trabalhado com a SBS, o braço cultural da emissora pública australiana ABC, em diversas colaborações de sucesso (GINSBURG in GISNBURG *et al*, 2002). Desde 2007, a SBS mantém um canal indígena, a *National Indigenous Television* – NTIT (NTIT, 2014).

No Brasil, o único programa dedicado exclusivamente às populações indígenas, o “A’Uwe”, realizado pela TV Cultura de São Paulo por meio de parcerias entre indígenas e não-indígenas, foi cancelado em 2010, após dois anos e meio de exibição (MILAN, 2013). De acordo com a diretora da série, a jornalista e cineasta Laine Milan, em entrevista ao programa Ver TV exibido em 08/11/2013, “A’Uwe” foi composto de 79 episódios,

exibindo no total 120 documentários (2013). Milan afirma que o programa foi cancelado após uma mudança de gestão na presidência da Fundação Padre Anchieta (2013).

Um estudo realizado em 2010 pela Fundação Cultural Palmares, por ocasião do II Fórum Nacional de TVs Públicas, lança alguma luz à questão da presença de indígenas na TV pública. Segundo a pesquisa, que investigou a programação da TVE Brasil, TV Cultura e TV Nacional, “a programação atual das TVs Públicas expressa um baixo perfil de reflexão sobre o pluralismo cultural brasileiro” (ARAÚJO, 2010: p. 5). No entanto, o estudo, embora envolva a presença das populações indígenas na TV pública, tem como foco a representação de pessoas negras. Dessa forma, a presença indígena fica, por vezes, relegada a segundo plano no trabalho.

Afora este estudo, não encontramos nenhum outro que investigue a presença das populações indígenas na televisão pública brasileira. Nem mesmo o programa “A’Uwe”, pioneiro no país (MILAN, 2013), mereceu qualquer nota. Assim, se faz necessário um estudo que busque compreender e investigar de forma mais aprofundada a situação atual da representação das populações indígenas nas diversas esferas da TV pública brasileira, a fim de contribuir para um melhor entendimento da TV pública no país e proporcionar ferramentas para a construção de uma mídia pública mais cidadã e alinhada aos princípios da pluralidade, livre informação e acesso à cultura (BUCCI *et al*, 2012).

Porém, antes de continuarmos, uma pausa para a delimitação de alguns conceitos que serão abordados ao longo deste artigo. Como trabalharemos com a noção de representação, emprestamos da Psicologia Social o conceito de “representações sociais”. Representações sociais são porções de senso comum acerca de um determinado objeto, construídas coletivamente e internalizadas pelos indivíduos de uma sociedade (JODELET, 2001). De acordo com Denise Jodelet (2001), esse conhecimento é transmitido, inculcado e modificado por meio da “comunicação social”, entendida como a rede complexa de relações comunicativas entre os sujeitos, constituída de interações “interindividuais, institucionais e midiáticas” (JODELET, 2001: p. 30). Em contrapartida, as representações sociais orientam a comunicação social (2001). Dessa forma, as representações sociais são maneiras de interpretar a realidade cotidiana, instrumentos de que se apropriam os sujeitos a fim de compreender, administrar e contrapor a realidade social. “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que

contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001: p. 22).

Guareschi (2000) sugere que a representação social é ao mesmo tempo individual, pois “necessita ancorar-se em um sujeito” (GUARESCHI, 2000: p. 36), e social, porque existe no âmbito da sociedade. “Ela está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social ela necessita ‘perpassar’ pela sociedade, existir a certo nível de generalização” (GUARESCHI, 2000: p. 36).

Em Jodelet, a mídia é um meio de edificação das representações sociais relacionadas à conduta, isto é, a opinião, a atitude e o estereótipo (2001). De acordo com a autora,

“Estes [os meios de comunicação], segundo pesquisas dos efeitos sobre sua audiência, têm propriedades estruturais diferentes, correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das atitudes e a propaganda com a dos estereótipos.” (JODELET, 2001: p. 30)

Assim, a mídia pode ser um agente de edificação de preconceitos. No caso das populações indígenas, Minardi (2012) argumenta que a representação social dos indígenas propagada pela mídia é massificadora e ancorada em noções que remetem ao colonialismo. De acordo com a autora, a mídia retrata o “índio” como um único povo genérico, esvaziando do conceito a multiplicidade de culturas e modos de vida presentes nas populações indígenas brasileiras, ao mesmo tempo em que o apresenta como diferente, marginalizado, preguiçoso (2012).

Por isso, para o segmento desse artigo, é necessário que reavaliemos alguns conceitos relacionados às populações indígenas e delimitemos algumas de suas características. O termo “índigena”, de acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, diz respeito a alguém que é natural da região onde habita. Segundo Luciano (2006), o termo surgiu de um erro náutico. Todos conhecemos a História: os europeus tentavam alcançar as Índias e acidentalmente chegaram às Américas. Assim, passaram a chamar os nativos que aqui encontraram de “índios”. Luciano (2006) argumenta que não existe “um povo, tribo ou clã com a denominação de índio” (LUCIANO, 2006: p. 30). O autor sugere, ainda, que o termo é evado de preconceitos frutos do processo histórico de discriminação. Nesse sentido, “índio” remete a alguém preguiçoso, selvagem, sem cultura, sem civilização, ou, no outro espectro, a um ser romântico, puro, protetor das florestas: o bom selvagem (LUCIANO, 2006). No final da década de 70, com o surgimento do

movimento indígena organizado, as populações indígenas decidiram abraçar o termo a fim de esvaziá-lo do sentido pejorativo – atribuindo-lhe o sentido de união entre os povos que habitavam originalmente o atual território brasileiro –, e demarcar a fronteira étnica e identitária entre estes povos e os provenientes de outros continentes, como europeus ou asiáticos (LUCIANO, 2006).

No senso de 2010, o IBGE mapeou as populações indígenas brasileiras: povos indígenas residentes nas terras indígenas, indígenas urbanizados que declaram pertencimento étnico a povos indígenas específicos e pessoas que se classificaram genericamente como indígenas, mas que não possuem identificação com etnias específicas (IBGE 2010). No caso das últimas, Luciano (2006) afirma que, devido a vários processos históricos de violência, muitos indígenas se afastaram de seus povos e culturas tradicionais. Porém, com a etnogênese e recuperação da autoestima, buscam agora se religar às suas raízes (LUCIANO, 2006).

Assim, vemos que o “índio” não precisa viver em uma aldeia isolada do “mundo branco” para ser considerado indígena. Uma pessoa indígena pode viver no meio urbano ou rural, pode ou não utilizar instrumentos contemporâneos (como telefones celulares ou chinelos, por exemplo), e pode ou não ter contato com sua população originária. O critério é que essa pessoa considere sua origem étnica distinta daquela da sociedade nacional (LUCIANO, 2006).

No último senso, 896 mil pessoas se autodeclararam indígenas, porém esses dados não incluem populações indígenas isoladas, isto é, que não mantêm contato com outras sociedades (IBGE, 2010). Os dados revelam que existem 305 etnias, falantes de 274 línguas. Com relação à localização, a pesquisa mostra que 305.873 indígenas habitam a região Norte; 208.691, a região Nordeste; 130.494, a região Centro-Oeste; 97.960, a região Sudeste e 74.945, a região Sul. O estado com maior número de pessoas indígenas é o Amazonas, com 168,7 mil; o de menor, Rio Grande do Norte, com 2,5 mil. Dessa população, 315.180 pessoas habitam áreas urbanas e 502.783, áreas rurais. Das áreas rurais, 57,7% da população mora em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas. O Norte é o estado com mais indígenas habitando áreas rurais, e o Nordeste apresenta maior número de pessoas em áreas urbanas (IBGE, 2010).

Em relação às demandas destas populações, Luciano (2006) destaca a superação da ameaça de desaparecimento dos povos indígenas, a reafirmação das identidades étnicas e a reconstrução dos projetos socioculturais dos povos restantes.

Os povos indígenas brasileiros de hoje são sobreviventes e resistentes da história de colonização européia, estão em franca recuperação do orgulho e da auto-estima identitária e, como desafio, buscam consolidar um espaço digno na história e na vida multicultural do país. (LUCIANO, 2006: p. 29)

Destaca, também, a necessidade de políticas para indígenas urbanos, que necessitam de formação e qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho, e a questão da terra, fonte não apenas de sustento para os índios aldeados, mas de íntima relação com suas crenças e seu modo de viver (LUCIANO, 2006).

Nesse contexto, o autor delimita cinco desafios. O primeiro é a dificuldade das populações indígenas de lidarem com a lógica burocrática da Administração Pública. Para serem sujeitos de Direitos, indígenas têm de se organizar em estruturas que são alheias a sua lógica social e que, muitas vezes, desestabilizam a ordem social em suas aldeias – ao criar posições de liderança, por exemplo. O segundo desafio diz respeito ao paradoxo de incorporar instrumentos e tecnologias do “mundo branco” sem perder suas culturas no processo. O terceiro desafio é a “dificuldade de articulação sociopolítica dos povos indígenas em nível nacional” (LUCIANO, 2006: p. 83), que está sendo combatido com o uso de ferramentas como a internet e o rádio. O quarto desafio é reverter o processo de dependência que as populações indígenas historicamente desenvolveram com o Estado. Luciano (2006) argumenta que o Estado precisa sair de uma posição paternalista e se tornar parceiro das populações indígenas na implementação de políticas para esses povos. O último desafio é garantir capacitação técnica e política dos membros do movimento indígena, das comunidades, organizações e de indígenas em geral (LUCIANO, 2006).

No âmbito da Comunicação, as demandas dos povos indígenas se relacionam à imagem do índio nos meios de comunicação comercial, estereotipada e fetichizada (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al*, 2013). O espaço para as populações indígenas é marcado pela invisibilidade e estereotipização (*Ibidem*). Em julho de 2013, durante o 45º Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, “coletivos indígenas de produção audiovisual, organizações de apoio à produção indígena, professores e estudantes universitários” (REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO

AUDIOVISUAL *et al*, 2013: p. 1) redigiram um manifesto reivindicando políticas públicas específicas para a produção audiovisual indígena e maior espaço nas televisões públicas (2013).

Resta, por fim, investigar um último conceito que trabalharemos ao longo do artigo – “radiodifusão pública”. Esch e Del Bianco (2013) argumentam que, no sentido clássico, “público” diz respeito ao bem comum, ao universal, ao interesse das coletividades. Porém, na América Latina, a experiência histórica, cultural e cotidiana vincula a noção de “público” à inoperância, incapacidade, lugar de ninguém, ou esfera para realização dos interesses privados dos governantes (ESCH e DEL BIANCO, 2013). De acordo com os autores, a radiodifusão pública em nosso subcontinente se estrutura em dois eixos: a) setores educativo e cultural; e b) agenda governamental e estatal (*Ibidem*). Entre as décadas de 20 e 30, surgiram as primeiras emissoras educativas, estruturadas pela noção de que a “modernidade” e o “progresso” acabariam com a pobreza social (*Ibidem*).

No Brasil, a experiência com a radiodifusão pública orientada pelo segundo eixo começou no início dos anos 40, com a criação das “rádios nacionais”, que surgiram bem paramentadas tecnologicamente (ESCH e DEL BIANCO, 2013). Essas emissoras logo se transformaram em porta-vozes de governos, o que permaneceu inalterado em gestões ditatoriais e democráticas (*Ibidem*). No início do século XXI, com a emergência ou consolidação de governos de esquerda na América Latina, iniciou-se um processo de reorganização das emissoras públicas, a fim de aproxima-las do conceito clássico de público (*Ibidem*).

De acordo com o documento “Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea” (BUCCI *et al*, 2012), a natureza das emissoras públicas está em garantir o direito da sociedade “à informação, à cultura, à expressão de suas diferenças, à tematização de suas carências e potencialidades e à livre comunicação das ideias” (BUCCI *et al*, 2012: p. 13). Os autores apontam três características centrais que a mídia deve atender para ser considerada pública: sua propriedade, do ponto de vista jurídico, deve ser pública; seu financiamento deve ser assegurado por regras públicas, de acordo com a legislação vigente; e deve operar de maneira independente, sem se submeter aos interesses e desmandos de governos ou à lógica de mercado (BUCCI *et al*, 2012).

No caso das televisões públicas, o documento defende que esta deve ser pautada por princípios, políticas e valores que priorizem a pluralidade de vozes, a experimentação da

linguagem, a formação crítica e a quebra de estética de mercado (BUCCI *et al*, 2012). Nesse sentido, propõe os seguintes eixos para a avaliação da qualidade nas TVs públicas: transparência de gestão – que envolve a missão da instituição, a administração de recursos e o diálogo com a sociedade –; diversidade cultural; cobertura geográfica e oferta de plataformas; padrão público do jornalismo; independência da emissora e de sua linha; interação com o público; caráter público do financiamento; grau de satisfação da audiência; experimentação e inovação de linguagem e padrões técnicos (BUCCI *et al*, 2012).

3. Como fazer

Nesse artigo, nossa principal preocupação metodológica é investigar a representação de populações indígenas na TV pública brasileira sob a perspectiva dos indicadores de qualidade propostos por Eugênio Bucci, Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini para a UNESCO (2012). Para o recorte, optamos pela esfera da grade de programação.

Realizamos um estudo comparado entre três emissoras de televisão pública: a TV Brasil, de âmbito nacional; a TV Cultura de São Paulo, que, em pesquisa encomendada pelo canal britânico BBC, foi considerada como tendo a segunda melhor programação dentre as emissoras pesquisadas (POPULUS, 2013) e a TV Cultura do Amazonas, estado que possui a maior população autodeclarada indígena do país (IBGE, 2010). Delimitamos a grade de programação, de 2008 a 2013, por meio de uma busca nos sites das emissoras. As palavras-chave pesquisadas foram: “índio”, “indígena”, “cultura indígena” e “populações indígenas”. Da mesma forma, enviamos e-mails às ouvidorias das emissoras explicando este estudo e solicitando indicação de conteúdo veiculado no período delimitado. Na análise individual da qualidade de cada emissora, não levamos em consideração conteúdos produzidos por alguma das três TVs e retransmitido pelas outras.

A partir dos resultados obtidos, realizamos uma análise quali-quantitativa das ocorrências encontradas, de acordo com os indicadores de qualidade da UNESCO. Optamos por utilizar tais indicadores, pois acreditamos que a representação não passa apenas pela quantidade de aparições de pessoas de determinada etnia na grade de programação de uma TV. Como defendeu o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervenções –, no documento “Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs públicas” (2009), “não se trata apenas de abrir espaços, mas de estimular e fortalecer processos em que a sociedade se reconheça naquela emissora” (INTERVOZES, 2009: p. 14). Nesse sentido, não basta retratar as populações indígenas, tampouco relegar suas culturas, modos de vida,

religiões e idiomas à categoria de curiosidades no horário nobre. De acordo com Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012),

A diversidade cultural não está numa orientação paternalista dos conteúdos, mas na presença de uma real polifonia, que reflita a riqueza da vida social. Atenção especial, aqui, deve ser dada às culturas e às manifestações culturais fragilizadas. (BUCCI *et al*, 2012: p. 26).

Assim, investigamos a programação a partir da grade e do conteúdo dos programas disponíveis nas emissoras à época da pesquisa, em relação à intensidade, frequência, temáticas, tipo de participação indígena – fonte, público-alvo ou produtor –, inovações de linguagem e padrões técnicos.

Por “intensidade” consideramos a duração do conteúdo. Frequência foi a quantidade de vezes que aquele conteúdo foi apresentado. Temática englobou os temas tratados diretamente ou tangenciados.

Para delimitar a participação indígena, consideramos como “fonte” conteúdos que tinham as populações indígenas como temática – direta ou indireta. “Produtor” foram conteúdos produzidos em parceria ou integralmente por indígenas. A definição de “público-alvo” foi mais complexa, uma vez que um conteúdo aparentemente destinado a etnias originárias pode ter um tratamento ou abordagem que prioriza como público a população não-indígena. Assim, conteúdos cujo público-alvo primário é a população não-indígena, mesmo que possam atingir de forma secundária ou terciária a população indígena, não foram considerados. Consideramos pertencentes à categoria “público-alvo” apenas aqueles conteúdos que tivessem indígenas e não-indígenas em par de igualdade no direcionamento da mensagem, ou indígenas como público primário. Para ajudar nessa delimitação, consideramos algumas questões: quem apresenta o conteúdo, um indígena ou não-indígena? Qual a linguagem utilizada? A língua falada? O foco está na burocracia ou nos interesses de pessoas indígenas? Apresenta olhar não-indígena sobre as culturas?

Por “inovações de linguagem” consideramos conteúdos que apresentem experimentação na linguagem e formatos que quebrem os padrões impostos pela lógica mercadológica (BUCCI *et al*, 2012). Por fim, “padrões técnicos” dizem respeito à qualidade técnica do conteúdo (*Ibidem*).

4. Resgatando olhares

TV Brasil

A TV Brasil foi a primeira investigada. A busca por “índio” no site no período customizado (01/01/2008 a 31/12/2013) retornou 334 resultados. O primeiro foi “Índia”, um programa sobre a cultura daquele país. Embora, das três emissoras, a TV Brasil tenha de longe a melhor ferramenta de busca, muitos dos resultados não eram relevantes – relacionando-se ao país asiático, por exemplo – ou repetidos.

“Indígena” retornou 204 resultados. “Cultura indígena”, 64 resultados. “Populações indígenas”, 25 resultados. Observamos que, na segunda pesquisa – “cultura indígena” –, obtivemos conteúdo diferenciado da primeira busca. Porém, a partir da terceira pesquisa, todos os conteúdos repetiram-se. Ao todo, catalogamos 143 conteúdos no período analisado, dentre documentários, notícias, programas e programação infantil. Alguns desses conteúdos, cuja temática gira em torno da questão indígena, foram considerados como produtos e contados apenas uma vez, como, por exemplo, o desenho “A Série” ou a série “Histórias do Brasil”.

A TV Brasil foi a única das três emissoras que respondeu ao e-mail com pedido de informações, apontando dois conteúdos: o “Interprogramas”, uma espécie de drops de 45 segundos que vai ao ar ao longo do dia nos intervalos da programação da emissora, e o programa “Expedições”, um programa semanal que visa “redescobrir o Brasil” (TV BRASIL, 2014).

Para fins dessa análise, dividimos o conteúdo produzido e veiculado pela TV Brasil em quatro categorias: “programas”, “jornalismo”, “programação infantil” e “documentários e cinema”.

Na categoria “programas”, observamos generalizações e um foco na audiência não-indígena. No período analisado, 37 programas produzidos pela TV Brasil tiveram como temática principal aspectos relacionados às populações indígenas. Desses, 16% tiveram como público-alvo pessoas pertencentes a populações originárias. Não foi produzido, no período, nenhum produto comunicacional na categoria programa cujo público-alvo principal fossem tais populações. Além disso, observamos o predomínio de um tratamento paternalista e, por vezes, fetichizado, mesmo quando o conteúdo do programa não era generalista. Como exemplos, apontamos o programa “Expedições”, apontado pela

ouvidoria da TV Brasil, e o programa “Oncotô? Expedição Sul”. O primeiro, de acordo com descrição informada no site, “leva o público a viajar por lugares espetaculares do Brasil” (TV BRASIL, 2014). Nos episódios analisados, os apresentadores, não-indígenas, visitam aldeias. Embora os indígenas retratados tenham voz para falar de sua cultura, história e desafios, a representação dessas populações é constantemente fetichizada (narrador em off cobrindo imagem de indígenas fazendo dança ou ritual, sem dar mais informações sobre aquela prática, por exemplo), e os termos utilizados pelos apresentadores remetem ao colonialismo, como “terra do descobrimento” (“Índios Pataxós e a terra do descobrimento”, episódio apresentado em 07/09/2013). Já o programa “Oncotô? Expedição Sul”, que investiga a formação do Brasil (TV BRASIL, 2014), oscila entre um tratamento plural da temática da influência das populações indígenas na formação da cultura e povo brasileiros, e tratamento funcionalista, genérico e paternalista dessas populações.

Dentre o melhor observado, destaca-se o episódio “Invisibilidade dos índios: a falta de programas sobre as culturas indígenas na TV”, do programa Ver TV, exibido em 13/11/2013 (TV BRASIL, 2014), que debate o tema com especialistas indígenas e não-indígenas; a matéria “Futebol indígena”, do programa “Stadium”, que vai à aldeia guarani em Niterói para conversar sobre esportes; e o episódio “A situação dos índios Guarani Kaiowá”, do programa “3 a 1”, exibido em 16/11/2012, que promove debate com a presença de liderança indígena, da Presidente da Funai e de um Deputado Federal ligado à causa agrária (TV BRASIL, 2014). Dentre o pior, está o episódio “Entre sexos, índios e penas”, exibido em 28/03/2011 no programa “Zeca 2D e Seth”, que apresenta o curta “Pagerama”; e o episódio “Regulação de Terras Indígenas”, do programa “Brasillianas.org”, exibido em 06/05/2013, que promove um debate sobre demarcação de terras indígenas, mas não recebe nenhum especialista de etnia originária.

Nessa categoria também analisamos os spots do “Interprogramas” que abordaram populações indígenas. O miniprograma seguiu dois formatos: o primeiro mostra músicas e danças de etnias indígenas e o outro traz indígenas falando de sua história, em sua língua original. Esses spots também ficaram dentre o melhor observado na TV Brasil.

No quesito “jornalismo”, observamos 83 notícias e produtos jornalísticos. Desses, 40% – 33 conteúdos – repetiram a temática violenta ou sensacionalista utilizada na TV comercial, e 12% tratou as etnias indígenas como um só povo, isto é, foram generalistas.

Trinta e quatro por cento das notícias tiveram como público-alvo populações indígenas, mas não observamos âncoras ou repórteres dessas etnias. Observamos que em séries de reportagens especiais a qualidade é mais alta, com abordagem plural, fontes diversificadas e direcionadas a públicos mais diversificados. Já em matérias e coberturas do dia a dia, a qualidade tende a oscilar. As matérias têm desde abordagens paternalistas ou preconceituosas até vieses que enfatizam a necessidade de uma linguagem plural e desmistificadora – algumas vezes, durante a mesma reportagem. Acreditamos que isso se deva ao despreparo dos jornalistas e produtores para lidar com a temática das populações indígenas e à falta de profissionais indígenas nas redações da TV Brasil.

Dentre o melhor observado, está o quadro “Outro Olhar”, exibido no “Repórter Brasil”. O quadro abre espaço para o jornalismo cidadão e divulga reportagens enviadas pelos telespectadores (TV BRASIL, 2014). Durante o período observado, foram exibidas 18 reportagens com temáticas, público-alvo e produção indígenas. Destaca-se, também, a série especial “Territórios de Resistência”, com seis episódios de cinco minutos cada, que visita várias aldeias em territórios ameaçados, dando voz às populações ali presentes sem incorrer em generalismos ou em atitudes paternalistas. Dentre o pior observado, está a matéria “Dia do índio é comemorado com futebol”, de 20/04/2013, que relata uma partida de futebol entre “índios e africanos”, (TV BRASIL, 2013, 00:35); a notícia “Polícia volta a desocupar antigo Museu do Índio”, de 16/12/2013, que aborda a ocupação do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pelo viés do caos no trânsito; e a matéria “Começa no Rio a mostra Cine Índio Brasil”, de 02/05/2013, matéria que aborda a mostra de cinema sobre invisibilidade indígena, tratando o “índio” como “bem imaterial” (TV Brasil, 2013, 00:49) e, paradoxalmente, não apresentando fontes indígenas.

Na categoria “documentários e cinema”, a TV Brasil apresentou 15 conteúdos no período. Essa categoria foi a que deteve mais conteúdos voltados para populações indígenas – 10 conteúdos, ou 67% –, e também, proporcionalmente, mais conteúdos produzidos por indígenas – cinco conteúdos, ou 34%, contra 20% do jornalismo, 0% dos programas e 14% do infantil. Dentre os conteúdos exibidos – e uma vez que alguns deles são independentes e não se encontram no site –, é de se destacar a série “Histórias do Brasil”, série com dez episódios de 24 minutos produzida pela TV Brasil e exibida em 2011, “contando a História do país, desde antes do descobrimento até os dias atuais” (TV BRASIL, 2014). Os quatro primeiros episódios abordam questões indígenas, porém todos são narrados do ponto de vista de um homem europeu. Nesse contexto, consideramos que a

TV Brasil perdeu uma oportunidade de produzir conteúdo interessante que fuja dos padrões da TV comercial.

Por fim, a esfera de programação infantil da TV Brasil apresentou algumas surpresas. Ao todo, sete conteúdos foram veiculados no período. Como destaque, temos o programa “TV Piá”, “um programa voltado para o público infante-juvenil, que debate os assuntos do ponto de vista das crianças” (TV BRASIL, 2014). O episódio “Vida de Índio”, veiculado em 13/02/2011, têm participação de crianças indígenas e abre espaço para imagens registradas por elas. No episódio “Uma palmada, vale ou não vale?”, de 19/10/2010, crianças vão a uma aldeia no Xingu. O episódio exibe uma animação feita pelos indígenas dessa aldeia. Porém, embora o programa subverta a linguagem usual e dê voz à pluralidade, ainda retrata as populações indígenas como algo “de fora”, focando-se nas crianças não-indígenas. Outro destaque foi a exibição do curta “Naiá e a Lua”, no programa “Curta Criança”, que conta a história de uma menina que se apaixona pela Lua após ouvir a história de uma anciã. O curta é falado em idioma indígena e não recorre a estereótipos. Como pontos fracos da programação infantil, destaca-se o desenho animado “A Série”, que se passa na Amazônia, mas representa índios genéricos e estereotipados, misturando elementos de culturas indígenas brasileiras e norte-americanas.

TV Cultura de São Paulo

A busca por “índio” retornou 8.870 resultados, mas a ferramenta só permite a navegação até a página 10. Quando ordenada por data, a pesquisa só mostra resultados de 2014, então a ordenamos por relevância e analisamos resultado a resultado. Alguns não possuem data – no resumo da busca ou no corpo do texto –, portanto, descartamos estes. A busca no portal retorna conteúdo produzido para a própria página, resultados da Rádio Cultura e das outras emissoras mantidas pela Fundação Padre Anchieta. O site é lento e frequentemente dá erros ou “trava”. No caso das notícias, frequentemente apresenta apenas uma chamada tratando sobre o conteúdo, e não os vídeos. Na página do Jornal da Cultura, existe uma ferramenta de busca de vídeos por palavra-chave. Tentamos “índio” e a ferramenta não retornou nenhum resultado. Para assistir aos conteúdos, é necessário procurar manualmente na lista de episódios disponíveis pelo dia de exibição, e então encontrar dentro do programa a reportagem desejada. No entanto, nem todos os episódios estão disponíveis online.

Após esgotarmos o conteúdo referente aos resultados para “índios”, retornamos à ferramenta de busca principal. “Indígena” apontou 2.120 resultados. Novamente, só é possível navegar até a página 10. “Cultura indígena” retornou 64 resultados e “populações indígenas”, 15 conteúdos.

Dentro dessas limitações, apenas 17 conteúdos se encaixaram em nossa busca: cinco episódios de programas, uma programação infantil, dez conteúdos jornalísticos e um documentário. Dessa programação, 30% (cinco conteúdos) não estão disponíveis no site ou estão fora do ar. Assim, avaliamos a grade de programação da TV Cultura de acordo com essa base.

O primeiro aspecto que chamou nossa atenção foi a dificuldade em ter acesso aos conteúdos. A busca é lenta, cheia de erros e mistura vários resultados – reportagens da TV Cultura, vídeos da TV Universitária, artigos nas páginas dos programas, artigos de opinião e reportagens no portal de notícias, programas da Rádio Cultura, dentre outros. Alguns conteúdos possuem data de exibição, outros não; alguns possuem o arquivo de áudio ou vídeo, outros não. Nas páginas dedicadas aos programas, não há descrição de formato ou conteúdo. Espalhadas pelas páginas existem barras de busca que não retornam nenhum resultado. Tudo é bastante desorganizado e caótico.

O segundo aspecto que nos surpreendeu é que, na busca realizada na página principal, não houve qualquer menção ao programa “A’Uwe”, pioneiro no país. “A’Uwe” foi o único programa dedicado exclusivamente às populações indígenas, realizado pela TV Cultura através de parcerias entre indígenas e não-indígenas, e foi cancelado em 2010, após dois anos e meio de exibição (MILAN, 2013). De acordo com a diretora da série, a jornalista e cineasta Laine Milan, em entrevista ao programa Ver TV exibido na TV Brasil em 08/11/2013, o programa A’Uwe foi composto de 79 episódios, exibindo no total 120 documentários (2013). Milan afirma que o programa foi cancelado após uma mudança de gestão na presidência da Fundação Padre Anchieta (2013). Embora a busca no site da TV Cultura não tenha retornado nenhum resultado relacionado a esse programa, na página da TV Brasil a ferramenta retornou 30 resultados. Uma vez que a busca no site da TV Cultura é ordenada por relevância, o programa “A’Uwe” deveria estar dentre o conteúdo apontado.

De qualquer forma, nos 17 conteúdos analisados observamos maturidade no tratamento das temáticas. Mesmo quando as temáticas apenas tangenciavam aspectos relacionados às populações indígenas, em apenas um conteúdo ocorreram generalizações.

Da mesma forma, proporcionalmente, o número de conteúdos que tiveram populações indígenas como público-alvo foi alto, se comparado à TV Brasil – 42%, contra um total de 34% daquela. Isso, sem levar em consideração o programa “A’Uwe”.

Como o melhor observado, na esfera de programação, destaca-se o programa “Provocações”, apresentado por Antonio Abujamra. No Dia do Índio de 2012, por exemplo, o programa reapresentou um episódio que foi ao ar no dia dos 500 anos da chegada dos Portugueses ao Brasil, em que o apresentador lê uma carta escrita pelo cacique Guaicaipuro Cautémoc, falando sobre a dívida histórica para com as populações indígenas (PORTAL +CULTURA, 2014).

Na esfera do jornalismo, a TV Cultura apresentou menos enfoque em temas violentos e sensacionalistas. A cobertura jornalística foi mais pautada por temas que apresentam a diversidade das populações originárias, seu cotidiano e assuntos de interesse dessas populações, utilizando pessoas de diversas etnias indígenas como fonte, inclusive falando em sua língua original, com legenda em Português. Como exemplo, a matéria “Índios da etnia Tupinambá, no sul da Bahia, participaram, em São Paulo, da segunda edição da *Campus Party* no Brasil – a maior festa mundial da internet”, de 01/02/2009, que mostra a participação de pessoas dessa etnia, enfocando os usos que dão para a internet e a importância da inserção da tecnologia na preservação de sua cultura; e a parte três da série de reportagens “Belo Monte, uma usina polêmica”, exibida em 18/07/2012, que retrata as mudanças que a usina está causando na rotina das populações que moram nas aldeias próximas à usina, mostrando várias etnias e seus anseios específicos.

Observamos que, da nossa base de dados, todas as matérias avaliadas como de maior qualidade são produzidas pelo programa jornalístico “Repórter Eco”, uma revista semanal com temas relacionados a meio ambiente (PORTAL +CULTURA, 2014). Isso pode indicar que programas jornalísticos especializados em temáticas tangenciais às questões indígenas estão mais preparados para desenvolver matérias plurais no tocante às etnias originárias.

Na esfera de programação infantil, a emissora deixou a desejar. O único conteúdo apontado na busca do site foi generalista e estereotipizante. Trata-se da abertura do episódio dedicado ao Dia do Índio do programa Quintal da Cultura, exibido em 19/04/2012. Apresentadores aparecem com cocares e chocalhos. Falam errado e com sotaque forçado, como índios em filmes de *bang bang*. Depois, dançam ao som de uma

música que fala sobre a língua tupi. A música tem uma mensagem interessante, incentivando a pluralidade, mas os apresentadores reforçam preconceitos – como a ideia de que pessoas indígenas não falam Português corretamente, por exemplo.

Na esfera de documentários, a TV Cultura apresentou quantidade de produtos exibidos muito inferior à TV Brasil, mas manteve a qualidade observada nessa emissora.

TV Cultura do Amazonas

O site da TV Cultura do Amazonas estava fora do ar desde a primeira vez que buscamos acessá-lo, em 18/09/2014. Em 02/11/2014, finalmente conseguimos acesso e nos deparamos com nosso segundo desafio metodológico relacionado ao acesso aos conteúdos: a página da TV Cultura do Amazonas não possui mecanismo de busca. O site disponibiliza uma aba com a programação, mas não a define por data e sequer, no caso de alguns programas, por episódios. Assim, a partir da programação indicada – e uma vez que a TV Cultura do Amazonas é filiada à EBC –, pesquisamos conteúdo a conteúdo no site da TV Brasil para descobrir a data de cada um e definir nossa base de análise.

A primeira pesquisa foi sobre o programa “Nova Amazônia”, que possuía uma descrição detalhada episódio a episódio no site da TV Cultura do Amazonas. Na barra de pesquisa da TV Brasil, digitamos “Nova+Amazônia+índio”. A pesquisa resultou em 18 conteúdos, mas incluía apenas a descrição do episódio, sem a íntegra do programa. Além disso, nem todos os resultados foram relacionados ao “Nova Amazônia”. Assim, voltamos ao site da TV Cultura do Amazonas e buscamos manualmente resultado a resultado, comparando os títulos dos episódios com as chamadas do resultado de busca na página da TV Brasil. Logo descobrimos que, dos 18 resultados, apenas dois incluíam o programa, por isso decidimos entrar na página do programa na TV Brasil e pesquisar manualmente conteúdo a conteúdo, comparando os episódios listados aos da página da TV Cultura do Amazonas.

Dessa forma, tivemos acesso a todos os episódios de “Nova Amazônia” do período, isto é, 57 episódios. Observamos que, mesmo quando as populações indígenas não são o foco do programa, essas populações tematizam discussões e abordagens. Por exemplo, no episódio dedicado à macaxeira (“Macaxeira – o pão do Amazonas”, exibido em 25/12/2013) e naquele sobre as origens do Boi Bumbá de Parintins (“Parintins Parte 01”, exibido em 04/12/2013). Dentre os conteúdos que observamos nas três emissoras, o

programa Nova Amazônia é o que mais se aproxima de uma linguagem que possa dialogar com indígenas e não-indígenas. Porém, não pudemos ignorar a falta de colaboradoras e colaboradores indígenas dentre o corpo de apresentadores e repórteres.

A emissora apresentou, também, dois programas voltados ao universo musical. “Carrossel da Saudade”, a “mais tradicional e antiga atração musical da televisão amazonense” (TV CULTURA DO AMAZONAS, 2014), é um programa itinerante que promove e transmite bailes com músicas antigas e tradicionais (*Ibidem*). Já “Conversando com o Maestro” é um programa de entrevistas com personalidades da cena cultural amazonense (*Ibidem*). Ambos apresentam apenas a descrição geral, sem resumo de episódios, e colocam como objetivos principais mostrar e valorizar a arte e cultura amazonense. Regionais, não encontramos nenhum resultado de texto ou vídeo na busca da página da TV Brasil.

O programa “Em Debate” também é focado em questões amazonenses. A página deste no site da TV Cultura do Amazonas apresentava listagem de episódios – novamente, sem data de exibição. Na página da TV Brasil, não encontramos nenhum resultado relacionado ao “Em Debate”. Dos 15 episódios listados, apenas um contava com assunto relacionado diretamente às populações indígenas.

O programa “Fala Aí” é dedicado ao público jovem. Com formato de auditório, têm a presença de estudantes de escolas locais na plateia. De acordo com a descrição fornecida na página da TV Cultura do Amazonas, o programa visa promover um debate sobre temas de relevância para o público jovem, integrando especialistas, plateia e música (TV CULTURA DO AMAZONAS, 2014). No site, estão disponíveis dois episódios, não datados. Observamos grande diversidade na plateia, mas a apresentadora não parece pertencer a nenhuma etnia indígena.

Já o programa “Taberna da Toada” tem foco nos bois de Parintins. De acordo com a página da TV Cultura do Amazonas, é exibido semanalmente, porém não há lista de episódios (2014). A busca na página da TV Brasil não retornou nenhum resultado. O programa conta com um apresentador e a participação especial de um chef – ambos não-indígenas (TV CULTURA DO AMAZONAS, 2014).

No âmbito jornalístico, o “Meio Dia em Revista” é apresentado de segunda a sexta e tem foco na cultura regional (TV CULTURA DO AMAZONAS, 2014). A apresentadora

também é não-indígena. Por fim, o “Repórter Amazonas” é apresentado de segunda a sexta, com meia hora de duração, nos moldes da EBC (*Ibidem*). A âncora é não-indígena e, à época da pesquisa, não existiam episódios ou matérias nas páginas da TV Cultura do Amazonas ou da TV Brasil.

A’Uwe

Originalmente uma produção da TV Cultura de São Paulo, o programa “A’Uwe”, exibido nessa emissora e na TV Brasil entre 2008 e 2010 (MILAN, 2013), não constou da lista de resultados relevantes da TV Cultura de São Paulo. Na TV Brasil, na pesquisa para “índio”, o programa apareceu 30 vezes.

Em língua xavante, “A’Uwe” significa “povo indígena” (PORTAL +CULTURA, 2014). O programa, dedicado inteiramente a questões indígenas e produzido em parceria entre indígenas e não-indígenas, uniu o que de melhor observamos em matéria de representação das populações indígenas nas TVs públicas analisadas. Por ser produzido por pessoas que estão em constante contato com as culturas e modos de vida das diversas etnias originárias do Brasil, o programa parece compreender tal diversidade, criando pontes entre culturas, em vez de isolá-las como atrações ou curiosidades. O olhar de “A’Uwe” parte de dentro para fora. Não coloca uma determinada etnia sob o escrutínio de uma lupa, e por isso é capaz de causar identificação entre grupos indígenas. Entre não-indígenas, esse olhar privilegiado constrói espaços de compreensão e de quebra de preconceitos. Rompe com o ciclo paternalista e fetichizado da cobertura “de fora”, alheia, que tenta mascarar seu estranhamento com uma pretensa neutralidade.

5. Pistas e pegadas

Dessa forma, observamos que, do ponto de vista da representação das populações indígenas, os conteúdos produzidos pela TV Cultura de São Paulo e TV Cultura do Amazonas têm a maior qualidade. Uma de nossas hipóteses é que a TV Brasil, por ser a última dentre as três emissoras a surgir, ainda esteja experimentando e amadurecendo linguagens e conteúdos. A TV Brasil demonstra abertura de espaço para conteúdos que tangenciem as questões indígenas, mas precisa melhorar seu diálogo com essas temáticas. Além do mais, observamos uma grande discrepância na qualidade dos conteúdos produzidos por essa emissora, o que pode indicar falta de diretrizes que definam e orientem a emissora na produção voltada para a valorização da diversidade étnica.

Percebemos quatro tendências que perpassam a programação plural de qualidade: a regionalização, a especialização, a promoção de debates que promovam a multiplicidade de vozes e a produção de conteúdos por pessoas de etnias às quais aquele conteúdo se destina.

A necessidade da regionalização da produção cultural está presente no artigo 221 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no inciso IV do dispositivo de criação da EBC, a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Dentre as emissoras analisadas, percebemos que o programa “Nova Amazônia”, da TV Cultura do Amazonas – de programação bastante regionalizada –, é o que melhor desenvolve um diálogo e que melhor trabalha a transição entre os imaginários relacionados às culturas indígenas e não-indígenas. Onde a TV Brasil, de programação nacional, falha em iniciar diálogo, a TV Cultura do Amazonas consegue de maneira natural.

Já a especialização foi observada nos conteúdos de maior qualidade da TV Brasil e da TV Cultura de São Paulo. Conteúdos de programas especializados em temáticas que têm relação com as populações originárias tiveram tratamento mais sensível, plural e menos generalizante.

A promoção de debates que promovam a multiplicidade de vozes também está presente no dispositivo de criação da EBC, inciso II (BRASIL, 2008), mas esse princípio nem sempre foi respeitado nos conteúdos que observamos. De fato, as matérias jornalísticas ou programas de debates de maior qualidade nas três emissoras proporcionaram um espaço de debate entre pessoas indígenas e não-indígenas das mais diferentes posições e formações – lideranças, antropólogos, políticos, burocratas, que detinham diferentes opiniões sobre os assuntos discutidos.

A produção de conteúdos por pessoas de etnias indígenas ou ainda por parcerias entre indígenas e não-indígenas se mostrou um grande diferencial na programação da TV Cultura de São Paulo, no caso do programa “A’Uwe”, e da TV Brasil, no caso da programação de documentários. O que os documentários exibidos durante o período na TV Brasil têm em comum é que são produzidos por indígenas, ou por não-indígenas que convivem há muito tempo com determinadas etnias originárias. Assim, vemos que esse olhar do sujeito inserido acrescenta qualidade e mitiga preconceitos.

Como desafios às emissoras no tocante a uma programação mais alinhada aos princípios da democratização da comunicação, identificamos quatro frentes.

Em primeiro lugar, o primeiro desafio que a TV Cultura do Amazonas e a TV Cultura de São Paulo enfrentam é uma reorganização de seus conteúdos em suas respectivas páginas. De acordo com Geraldês e Sousa, no artigo “As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública” (2013), a internet é o foro escolhido para a efetivação da Lei de Acesso à Informação – LAI. O conteúdo produzido por essas emissoras é de interesse público e deve estar disponível, de maneira fácil e acessível, nos seus portais. Da mesma forma, essas emissoras não responderam à nossa solicitação de informação. Geraldês e Sousa (2013) mostram que um dos desafios da comunicação pública é realizar a interação e o diálogo com a sociedade, sem os quais a transparência não se efetiva.

Em segundo lugar, observamos a necessidade de mais conteúdo que se volte às populações indígenas não apenas como fonte, mas como público-alvo, para que a TV pública pertença a essas pessoas, também – já que, afinal, são tão brasileiras quanto qualquer um. Muitos dos conteúdos analisados mostram uma aldeia indígena, por exemplo, dando voz àquela aldeia e sem cometer generalizações, mas a pauta está em interesses não-indígenas, o enfoque é no que o não-indígena pode se interessar em assistir, o objetivo é satisfazer uma necessidade comunicacional de um não-indígena. É necessário desconstruir essa pauta, para que pessoas de etnias originárias parem de ser tratadas pela mídia como estrangeiras em seu próprio país – território que, aliás, habitavam muito antes da chegada dos não-indígenas. Evidente que também deve haver espaço para esse tipo de conteúdo que “apresenta” uma etnia, mas as emissoras públicas não podem se dar por satisfeitas por não estarem generalizando ou estereotipando uma etnia. Tratar a diversidade com respeito e sensibilidade é o mínimo esperado de uma emissora pública de qualidade. A TV pública precisa ir além.

O terceiro desafio que as TVs públicas enfrentam é abrir espaços para a representatividade de pessoas indígenas no corpo de colaboradores. As emissoras precisam inserir pessoas indígenas nas rotinas de comunicação das organizações – nas redações, nas bancadas de jornalismo, na produção de programas e noticiários, nas ruas, apurando notícias. Com exceção dos conteúdos independentes e do programa “A’Uwe”, não observamos representatividade indígena nos profissionais na frente das câmeras ou dentre

os nomes listados na produção dos programas. No caso da TV Cultura do Amazonas, estado pertencente à região com maior número de pessoas pertencentes a alguma etnia indígena, essa falta de representação de profissionais indígenas é inaceitável. Da mesma forma, é preciso abrir ainda mais espaço para que as populações indígenas produzam seus próprios conteúdos, proporcionando não apenas a abertura na grade, mas os meios técnicos, quando necessários.

Por fim, o último desafio que se coloca às emissoras públicas é a questão de continuidade. Nos conteúdos analisados, observamos que, mesmo nos programas que abrem espaço para temáticas relacionadas às populações indígenas, esse espaço é descontínuo e aleatório. A descontinuidade está presente mesmo no caso do “A’Uwe”, o único programa semanal e integralmente dedicado às questões indígenas – e não porque este carecesse de espaço na programação, mas porque foi cancelado durante uma mudança de gestão na Fundação Padre Anchieta. Assim, esse desafio se coloca alheio às emissoras públicas, no âmbito estatal: são necessárias políticas públicas de comunicação que garantam a representatividade das populações indígenas em casos de troca de administração.

6. Referências

ARAÚJO, Joel Zito. **Onde está o negro na TV pública?** Fundação Cultural Palmares: 2010, 8 p. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 10:42.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. **TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural.** Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. X, n. 3, Sep. – Dic. / 2008, 14 p. Disponível em: http://www.horia.com.br/sites/default/files/documentos/TV_Publica_politicas_de_com. e de_mocratizacao.pdf . Último acesso: 08/10/2014, às 10:58.

BRASIL, Lei Federal nº 11.652, de sete de abril de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm Último acesso: 08/10/2014, às 11:20.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm Último acesso: 08/10/2014, 11:02.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Novos estud. – CEBRAP, nº 88, São Paulo: 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000300001&script=sci_arttext Último acesso: 08/10/2017, às 11:12.

_____; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. **Indicadores de qualidade nas televisões públicas – uma avaliação contemporânea.** Representação no Brasil da UNESCO, Série Debates CI, Nº10: Janeiro de 2012, 35 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>. Último acesso: 08/10/2014, às 09:45.

CARMONA, Beth. **A marca da TV pública.** In: I Fórum Nacional de TVs Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006, p. 21 – 25.

COUTO, Andréia Terzariol; PAVAN, Maria Angela. A resistência dos canais alternativos de TV: estudo de caso da TV Comunitária de Campinas - Canal 8. Revista Extraprensa, América do Norte, 1, nov. 2010, 21 p. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/viewFile/77181/81043> Último acesso: 08/10/2014, às 10:29.

DICIONÁRIO PRIBERIAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: www.priberam.pt/DLPO/. Acessado em 02/11/2014, às 13:45.

ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nélia Rodrigues; MOREIRA, Sonia Virginia. **RADIODIFUSÃO PÚBLICA: UM DESAFIO CONCEITUAL NA AMÉRICA LATINA.** Revista FSA, Teresina, v. 10, n. 4, art. 4, p. 67-86, Out./Dez. 2013, p. 67 – 86.

GERALDES, Elen; SOUSA, Janara. **As Dimensões Comunicacionais da Lei de Acesso à Informação Pública.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

GINSBURG, Faye D. Screen memories: resignifying the traditional in indigenous media. In: **Media Worlds: Anthropology on New Terrain.** _____, et al. California: University of California Press, 2002, p. 39 – 57.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Representações sociais e ideologia.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.33-46, 2000. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Populacional: O Brasil Indígena.** 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/> Acessado em 18/09/2014, às 17:08.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Contribuição ao II Fórum Nacional de TVs Públicas.** Brasília: maio de 2009, 21 p. Disponível em: <http://www.cinemabrasil.org.br/site02/iifntvp-intervozes.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 13:32.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: **As Representações Sociais.** JODELET, Denise (org.). Editora UERJ: Rio de Janeiro, 2001, p. 17 – 44.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Série Via dos Saberes nº 1, Coleção Educação para Todos. UNESCO: 2006, 233 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 10:24.

MILAN, Laine. **Invisibilidade dos índios: a falta de programas sobre as culturas indígenas na TV.** Programa Ver TV: 08/11/2013. Entrevistas concedidas a Lalo Leal. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv/episodio/invisibilidade-dos-indios-a-falta-de-programas-sobre-as-culturas-indigenas-na-tv> Assistido em: 19/09/2014, às 17:32.

MINARDI, Deborah. **Mídia e Representações Sociais Indígenas: Caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá.** Disponível em <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/30.pdf>. Acessado em 02/11/2014, às 16:36.

NATIONAL INDIGENOUS TELEVISION – NITV. Disponível em: <http://www.nitv.org.au/about-nitv/dsp-default.cfm?loadref=19> Acessado em 21/09/2014, às 14:27.

PERES, João. **Lei de Meios na Argentina abre caminho para indígenas resgatarem cultura.** [Editorial]. Revista Fórum: 19 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/12/lei-de-meios-na-argentina-abre-caminho-para-indigenas-resgatarem-cultura/> Acessado em 21/09/2014, às 14:05.

POPULUS. **International Perception of TV quality.** Londres: BBC, Setembro – outubro de 2013. Disponível em: <http://downloads.bbc.co.uk/mediacentre/international-research-data.pdf> Último acesso: 08/10/2014, às 14:20.

REPRESENTANTES DE COLETIVOS INDÍGENAS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL *et al.* **Carta de Diamantina.** 45o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais: Diamantina, 25 de Julho de 2013. Disponível em: <http://www.dialogosdosul.org.br/carta-de-diamantina-dos-coletivos-de-audiovisual-indigenas-no-brasil/> Último acesso: 08/10/2014, às 10:37.

ROTH, Lorna. **Something new in the air: The story of First Peoples television broadcasting in Canada.** McGill-Queen's Press - MQUP, 2005, 300 p.

TV BRASIL. Disponível em: tvbrasil.ebc.com.br/. Acessado em 06/11/2014, às 15:35.

TV CULTURA DE SÃO PAULO. Disponível em: tvcultura.cmais.com.br/. Acessado em 06/11/2014, às 16:19.

TV CULTURA DO AMAZONAS. Disponível em: www.tvcultura.am.gov.br/. Acessado em 06/11/2014, às 16:10.

TV MAORI. Disponível em: <http://www.maoritelevision.com/about/about-maori-television> Acessado em 21/09/2014, às 13:56.